



SECRETARIA DE ESTADO DA COOPERAÇÃO E PLANEAMENTO

*Confidencial*

**ASSUNTO: Sobre o golpe de Estado ocorrido na Guiné Bissau e as relações de Cooperação de Cabo Verde**

Guiado pelos princípios definidos pelo PAIGC o Governo de Cabo Verde procurou desde os primórdios da Independência Nacional estabelecer relações de cooperação com todos os países na base da não ingerência nos assuntos internos do respeito pela nossa soberania e independência de pensamento e de acção.

Cinco anos volvidos, o balanço pode ser considerado positivo, como atestam os resultados obtidos e a reputação internacional que desfruta o nosso país. Quatro factores estão sem dúvidas na base desse resultados:

1º. O prestígio internacional grangeado pelo PAIGC durante a luta de libertação nacional, o que nos facultou a necessária audiência internacional e fez com que o nosso Governo fosse visto como interlocutor válido.

2º. A existência do PAIGC como partido binacional, e o conseqüente princípio de Unidade Guiné-Cabo Verde, que de certa forma permitiu a Cabo Verde ultrapassar as limitações inerentes à pequenez do território

3º. A justesa dos princípios que regem as nossas relações externas e de cooperação

4º. A seriedade do Governo e a capacidade de trabalho do povo caboverdeano

Nesta base, a ocorrência de um golpe de Estado na Guiné Bissau pondo em perigo a existência do Partido e a Unidade Guiné-Cabo Verde, não deixará de ter repercussões negativas, mais ao menos profundos, nas relações de cooperação desenvolvidas pelo nosso país.

Seja qual for a solução que vier a ser adoptada, parece certo que ficou duramente atingido o prestígio do PAIGC com inevitáveis reflexos sobre a audiência que disfruta o nosso país no exterior, não obstante imagem de marca criada por Cabo Verde nesses cinco anos, devido

a uma política governamental equilibrada, uma gestão sã da economia, e os esforços reais feitos pelo povo para sair do sub-desenvolvimento.

Por outro lado com o desaparecimento do Partido bi-nacional e a queda da Unidade, Cabo Verde aparecerá como uma entidade pequena e isolada, portanto mais fraca e vulnerável. A sua capacidade de atracção resultará diminuída e é possível que, aos olhos da comunidade internacional, Cabo Verde represente menos interesse. As motivações dos doadores poderão igualmente sofrer modificações. Assim é que por exemplo e como é sabido, uma das motivações de certos países em cooperar com Cabo Verde reside na possibilidade que lhes é assim auferida de atingir as restantes excolónias portuguesas e sobretudo Angola. Põe-se então a questão de saber como reagirão esses países, se interpretarem o golpe de Estado como uma perda de influência de Cabo Verde no conjunto dos países da ex-CONCP.

O aumento da vulnerabilidade de Cabo Verde e um possível isolamento político na nossa área geográfica, conduzindo finalmente a uma menor capacidade de resistência, poderá induzir a um certo endurecimento em relação ao nosso país e o aumento de pressões de toda a ordem. Assim sendo, a aplicação prática dos princípios que regem a nossa política de cooperação encontrar-se-á possivelmente dificultada. Esta política já deu sobejas provas da sua justeza e portanto ela conserva a sua plena validade, em termos dos princípios e objectivos. No entanto haverá necessidade de se proceder a reajustamentos estratégicos em função da nova situação criada:

A nível interno: estamos convencidos de que o futuro das nossas relações de cooperação e os resultados que conseguiremos dependerão em boa parte, do que formos capazes de realizar internamente. Teremos de por tudo em obra para manter e desenvolver a imagem de marca de Cabo Verde, através de um maior rigor no tratamento dos assuntos e a utilização séria e racional dos recursos de ajuda externa. Teremos ainda de resserar as nossas fileiras de forma a apresentarmos <sup>na</sup>diante da comunidade internacional como uma <sup>frente</sup>sólida e coerente. Nesta ótica parece-nos que o acento deverá ser posto no seguinte:

1. Maior empenho e responsabilidade dos departamentos na elaboração, execução e controle de projectos e, em particular, o aumento da capacidade de execução a criação de um sistema de prestação de contas através de relatórios periódicos.

2. Melhoria da capacidade de gestão e controle do orçamento extraordinário e da articulação SECP-Finanças
3. Maior disciplina no que diz respeito a centralização das relações de cooperação; sabe-se que a proliferação de centros de decisão aumenta geralmente a confusão facilmente explorável.
4. Melhoria da articulação entre os Negócios Estrangeiros e os serviços de Cooperação através da elaboração de uma estratégia comum e de um sistema de concertação permanente.

A nível externo: os reajustamentos visam manter e mesmo desenvolver a nível de mobilização de ajuda externa, e a salvaguarda da independência nacional. Poder-se-á pensar no seguinte:

1. Revisão do sistema de cobertura diplomática de Cabo Verde no exterior e do seu papel no que respeita às relações de cooperação
2. Diversificação crescente das relações de cooperação de forma a obter o equilíbrio necessário
3. Reforço da cooperação nos sentidos seguintes:
  - a)- Países do mundo ocidental cujas políticas de cooperação estão isentas ou tem menor carga de pretensões neo-colonialistas. É o caso dos países nórdicos e da Holanda, de pequenos países europeus como a Austria, a Suíça, o Luxemburgo e a Islândia, e de outros países como o Canadá e a Espanha.
  - b)- Países africanos com incidência especial nos países de expressão oficial portuguesa e nos países de orientação política progressista. Para além das suas vantagens político económicas, a cooperação com esses países permitirá minorar o afastamento da cultura africana que resultará de um eventual abandono do projecto de Unidade com a Guiné-Bissau.
  - c)- Países não alinhados como a Índia, o Iraque, a Jugoslávia
  - d)- Países socialistas em torno da RDA e de Cuba
  - e)- Países em desenvolvimento em geral (CTPD)
4. Aumento da vigilância em relação às grandes potências e dos países capitalistas europeus.
5. Maior atenção à cooperação multilateral e com as organizações não governamentais. Nesse campo uma maior atenção será dispensada

da ao CILSS como organismo de sensibilização e de mobilização.

**6. Melhoria da informação sobre Cabo Verde e sobre a Reconstrução Nacional.**

Nas páginas seguintes apresentamos algumas linhas de orientação possível das relações de cooperação bilateral. Para maior facilidade dividimos os países em vários grupos na base de critérios geo-políticos.